



Um Supremo à feição de Lula

O presidente quer nomear ministros sintonizados com a idéia de mudança

CERCADO DAS DORES DE CABEÇA INERENTES A QUEM governa o Brasil, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva desfrutará, nas próximas semanas, do gosto de exercitar o poder do cargo num de seus mais altos graus ao designar três novos membros do Supremo Tribunal Federal (STF), órgão-chave no funcionamento da democracia brasileira.

O Tribunal é composto de 11 ministros, que o presidente nomeia depois de escrutínio e aprovação pelo Senado. Nomeando três novos até o final de maio — quando se aposentam, por atingir a idade-limite de permanência no cargo, três dos atuais ministros —, Lula terá em suas mãos a chance rara, na história republicana, de moldar grandemente o Supremo à feição de sua gestão, sobretudo levando-se em conta que, até o final de seu mandato, em janeiro de 2007, dois outros ministros vão se retirar.

Dos presidentes democráticos, nenhum terá nomeado mais membros do STF do que Lula. Apenas José Sarney (1985-1990) chegou aos mesmos cinco. Seguem-se Juscelino Kubitschek (1956-1960), que pôde nomear quatro, e Fernando Collor (1990-1992), com o mesmo número. Getúlio Vargas designou 21 nos 19 anos que ocupou o poder, em duas passagens — mas somente dois como presidente eleito pelo povo (1951-1954).

Em 113 anos de República, apenas 153 brasileiros foram honrados com a ascensão ao STF, o que o torna um clube menos exclusivo apenas do que o dos cidadãos que ocuparam a Presidência: 39, se incluirmos os membros de duas juntas militares (1930 e 1969). Dois dos 39 presidentes foram, antes, ministros do STF — Eptácio Pessoa (1919-1922) e José Linhares (1945-1946). Todos os demais ocuparam, antes de lá chegar, funções importantes na vida pública. Um ministro do Supremo é um po-

deroso ente do Estado. Excluindo-se o presidente da República, nenhum outro funcionário, eleito ou não, entre os milhões da União, dos estados e dos municípios tem a sua importância. Junto com seus colegas, ele decide diretamente sobre a vida de centenas de milhares de brasileiros, e suas decisões afetam todos os 170 milhões. Julgam causas de bilhões de reais. E resolvem, em última instância e sem apelação, o que está certo ou errado e o que pode ou não ser feito — inclusive pelo Congresso e pelo presidente — à luz da Constituição. Para os planos de Lula, o Supremo é peça-chave. As indispensáveis reformas que o presidente promete implementar inevitavelmente vão ter sua validade jurídica questionada e acabarão passando pelo crivo da corte.

Sobre nomes, Lula tem recebido todo tipo de sugestões, palpites e pressões. Mas o presidente e o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, elaboraram critérios para a escolha. Gênero? (Há apenas uma mulher no STF, nomeada por FHC.) Pode até ser considerado, mas não é fundamental. Aspecto racial? (Jamais houve um ministro negro.) A mesma coisa: seria até bom, mas não é o que vai de-

cidir. Juiz de carreira ou um jurista de fora? Tanto faz.

O essencial, segundo os parâmetros traçados por Bastos e Lula, é que os novos ministros sejam sintonizados com o “espírito de mudança” que o novo governo acredita estar impulsionando. Ou seja, vai-se privilegiar, nas escolhas, nomes que pertençam a correntes jurídicas menos ligadas ao rigor formal, ao duro e rijo texto dos códigos, e que sejam capazes de levar em conta, no exercício do cargo, a realidade social e econômica do país.

O perfil desejado dos novos ministros é esse. A conferir, quando chegar a hora. ■

Três dos 11 juízes aposentam-se até o final do mês que vem

E-mail: setti@uol.com.br